

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MATHIAS ALBERTO MÖLLER

**NOTAS SOBRE A RESPOSTA À PERGUNTA: “O QUE É O ESCLARECIMENTO”
E A NOÇÃO DE EMANCIPAÇÃO NOS TEXTOS POLÍTICOS DE KANT.**

BRASÍLIA

2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MATHIAS ALBERTO MÖLLER

**NOTAS SOBRE A RESPOSTA À PERGUNTA: “O QUE É O ESCLARECIMENTO”
E A NOÇÃO DE EMANCIPAÇÃO NOS TEXTOS POLÍTICOS DE KANT.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Filosofia como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Tedeia.

Brasília
2014

RESUMO

Este trabalho investiga a noção de *Aufklärung* nos textos políticos em relação à obra de Kant a partir de sua apresentação em “*Beantwortung zur Frage: Was ist Aufklärung*”, indicando-se que diferentes recepções da concepção kantiana, posta em contexto, encontram no próprio texto seus ensejos de posicionamento. A partir da leitura filosófica do texto kantiano em relação a texto da recepção contemporânea brasileira da pergunta, localizada em Rubens Rodrigues Torres Filho, busca-se mostrar como a própria ênfase de sua leitura mantém possível outra. Indica-se como essa subconsideração restringe a noção kantiana e remonta a divergências presentes ao próprio debate alemão à época. O resgate da noção de *Aufklärung* possibilitará compreender diferenças de tradução por ilustração frente a esclarecimento, recuperando-se, ainda, a proposta da noção kantiana de saída da menoridade como processo contínuo de emancipação. Com efeito, indica-se esta ser a leitura que Adorno faz da noção kantiana ao relacioná-la com a educação para o sujeito contemporâneo, cuja *Anerkennung* se dá diante da necessidade de constante transformação, sugerindo-se, portanto, reagir à pergunta inaugural em contínuo respondendo.

Palavras Chave: Kant. *Aufklärung*. Emancipação. Educação. Adorno.

ABSTRACT

The ransom of the notion of *Aufklärung* presented in the political writings of Kant since its inaugural text indicates how differences of receptions can encounter its inceptions in the own text as showed by the compared reading of the Kantian text with its reception of R.R.Torres Filho. An underconsideration of the Kantian notion that recalls divergences present at the original debate. Therefore, its ransom permits the understanding even of differences in translations, rescuing *Aufklärung* as the quittance of minority as a process of continuous enlightenment. In effect, this is showed as the way Adorno read it in order to propose the education of the contemporary subject in constant transformation, suggesting so to react to the inaugural question in a continuous answering.

Key Words: Kant. *Aufklärung*. Emancipation. Education. Adorno.

AGRADECIMENTOS

... quando nada se diz, a tudo se deve...

silêncio formador

O essencial é invisível para os olhos. (SAINT-EXUPÉRY, 1956, p. 70)

Aprende-se a ser professor desde o momento em que se começa a ser aluno. Em grande medida, se é como docente o aluno que se foi. Quanto maiores os matizes [ou menores as variações] da experiência particular mais rica [ou menos] será a formação de cada um. (CERLETTI, 2009, p. 60)

não é possível ensinar a amar a sabedoria, nem há fórmula para transmitir o apaixonar-se. Entre o perguntar do filosofar e o querer filosofar há um salto que ultrapassa o professor. (...) O essencial da filosofia é inensinável, pois está na subjetividade. (CERLETTI, 2009, Cap 3)

as assim chamadas falsas tendências são os melhores meios para se obter uma formação multilateral (NOVALIS¹)

Educar para a liberdade, a arte de um ser se fazer dispensável quando é indispensável para a formação de outro.

¹ NOVALIS. *Aforismas*. Capítulo IV - Fragmentos de Teplitz. Aforisma 104. Tradução própria. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/5232/4>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
INTRODUÇÃO EM BREVE EXCURSO.....	11
1) Contexto.....	11
2) Pretexto.....	16
SAPERE AUDE E A RESPOSTA À PERGUNTA: “QUE É “ESCLARECIMENTO”?”.....	22
RESPONDENDO À PERGUNTA: QUEM É A ILUSTRAÇÃO.....	25
A NOÇÃO DE EMANCIPAÇÃO NOS TEXTOS POLÍTICOS DE KANT.....	27
Orientar-se no pensamento.....	28
Filosofia da História e a sociabilidade insociável.....	30
Uma Política ainda <i>Tensa</i>	33
<i>Aufklärung</i> e o processo de emancipação.....	35
CRÍTICA CONTÍNUA E O SUJEITO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO.....	37
(IN)CONCLUSÃO - AUFKLÄRUNG EM CONTÍNUO RESPONDENDO.....	40
BIBLIOGRAFIA.....	44

APRESENTAÇÃO

Esclarecimento (*Aufklärung*) é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro. (KANT, 2012a, p. 63)²

Propõe-se com este trabalho a representação ainda que parcial de estudos empenhados desde meu envolvimento com o Programa de Iniciação Científica. Iniciados em 2011, minhas pesquisas relacionadas ao tema alcançam com o texto aqui apresentado um momento privilegiado de estudo, a partir dos quais se pretende seguir na investigação sobre a problemática continuidade do projeto crítico kantiano. Nesse sentido, busca-se encontrar a possibilidade ou o estatuto de *Aufklärung* (Esclarecimento ou Iluminismo) no âmbito do sistema filosófico de Immanuel Kant.

Por uma eventualidade, a primeira etapa da pesquisa partiu da leitura da estética de Adorno do sublime em Kant – esse algo que agrada imediatamente, conforme enunciado na terceira Crítica³ –, e que de certo modo se inseria em uma pesquisa mais ampla de docentes deste Departamento de Filosofia sobre “O futuro da noção de *Anerkennung* (reconhecimento)”. A leitura adorniana serviu para apresentar a problemática do sujeito kantiano e a importância da investigação a respeito da noção de esclarecimento e, assim, dela enquanto parte do projeto crítico kantiano e do iluminismo alemão.

Nesse sentido, o estudo da noção de emancipação e do projeto crítico kantiano parte, conforme aqui exposto, da noção de *Aufklärung* em Kant, apresentada em “*Beantwortung zur Frage: Was ist Aufklärung*”, de 1784, posta em relação a texto da recepção contemporânea brasileira da pergunta original, a saber: “Respondendo à pergunta: quem é a Ilustração”, de Rubens Rodrigues Torres Filho. Com isso, pretende-se um resgate do debate original do mensário alemão para o anúncio da noção kantiana como possibilidade de recuperar-se a proposta kantiana de “saída da minoridade” (*Mündigkeit*) enquanto processo contínuo de emancipação do sujeito ou da espécie humanos. Indica-se, portanto, como a leitura de Adorno da noção kantiana pode ser relacionada com a sua proposta de educação necessária para o sujeito contemporâneo consoante seu livro “Educação e Emancipação”. Sujeito este cujo

² No original: “Aufklärung ist der Ausgang des Menschen aus seiner selbstverschuldeten Unmündigkeit. Unmündigkeit ist das Unvermögen, sich seines Verstandes ohne Leitung eines anderen zu bedienen.” (KANT, 1902-2010)

³ KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2008. (§ 29)

reconhecimento, em sua acepção, se daria diante da necessidade de constante transformação e, por isso, de um sujeito fraco.

Uma segunda etapa da pesquisa está centrada na localização da noção de emancipação no conjunto dos textos políticos de Kant. Seus frutos pretendem situar a noção de emancipação nestes textos, ou seja, circunscreve-se à parte da obra de Kant destinada ao tratamento de questões ditas “práticas” ou de posicionamento político, suspendendo-se, por ora, a análise e a inserção da *Aufklärung* nos textos ditos teóricos do filósofo.

A partir de ensejos encontrados com a obra organizada por Heiner Klemme, “*Kant und die Zukunft der europäischen Aufklärung*”, ainda sem tradução, buscar-se-á, então, diante da cisão observada na recepção crítica de Kant; ocasionada talvez pela disputa por primazia entre filosofia teórica e filosofia prática, um campo de batalha, como representou Kant o tribunal da razão; identificar o estatuto de propostas que buscam fundamentar o projeto kantiano a partir da política. Assim, investigar se a *Aufklärung*, consoante identificado neste trabalho como processo contínuo de emancipação, pode encontrar fundamentação nas obras teóricas de Kant, principalmente na “Crítica da Razão Pura”. Ou seja, buscar-se-á, considerando os resultados aqui expostos, em que medida o sair da menoridade alienada pelo julgo de outrem e alcançar a maioridade emancipada do pensar por si mesmo enquanto resultado da *Aufklärung*, encontrados no âmbito dos textos políticos, podem encontrar sua fundamentação também no sistema kantiano.

Com efeito, esta proposta de pesquisa continuada que aqui encontra uma face de representação vem investigando os textos kantianos com vistas a encontrar, dentro dos limites de um terceiro momento de estudo, a possibilidade mesma da noção de emancipação no conjunto da obra kantiana. Diante de textos políticos por vezes em tensão entre si, conforme apontado por Ricardo Terra em “Política Tensa”, e frente a um sistema filosófico arrojado, busca-se, assim, investigar o lugar da *Aufklärung* na proposta kantiana de Filosofia.

Kant, unidade ou/e antinomia, será, pois, o guia para esta investigação filosófica. Consoante as pesquisas desenvolvidas, contudo, busca-se encontrar a possibilidade, no âmbito da filosofia kantiana, da saída da menoridade, a autonomia do sujeito, a qual percorre a *Aufklärung* enquanto processo de emancipação da humanidade, já que, para Kant, dificilmente alcançável pelo indivíduo em particular, frente à dicotômica insociável sociabilidade do ser humano, conforme se encontra em “Ideia de uma história universal”. A

crítica contínua e inclusive autocrítica como posição filosófica per se de perguntar-se pelos fundamentos da objetividade e da subjetividade; ou, na proposta de Bento Prado Jr., do significado da significação⁴.

⁴ PRADO JR, Bento. *O passado e o futuro do signo*. In: TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. 2. ed. São Paulo: Iluminuras.

INTRODUÇÃO EM BREVE EXCURSO

mostrar nada tem de passivo, de inerte, de neutro, e qualquer que seja a clareza do ser ou do momento representados, a ação de mostrar permanece opaca, permanece uma ação, uma passagem, uma operação, isto é, [...], uma não-indiferença. (COMOLLI, 2008, p. 102)

Para além do possível estranhamento com uma tal passagem ao iniciar um trabalho a respeito de Kant, invoco o seu contexto e as palavras de Jean-Louis Comolli, pelas quais se refere à realidade como sendo um “terreno da ideologia da transparência”, uma ideologia que supostamente asseguraria que nem no ‘emissor’, nem no ‘receptor’ e nem entre eles haveria “qualquer alteração da mensagem, nenhuma resistência, nenhuma perda”. No entanto, esta realidade, assim afirma Comolli, não é a que ‘vemos’. Para ele, mostrar nada tem de neutro, nada tem de passivo, já reflete escolhas ou escolhe reflexões.

Comolli, nesse sentido, a partir de suas colocações no campo da estética e de sua aposta à subjetividade, implica um registro que necessariamente se refira à realidade de sua manifestação, ele afirmará mesmo que filmar os homens reais no mundo real enquanto obra documental significa “estar às voltas com as desordens das vidas, [...], com, aquilo que o real se obstina em enganar previsões”. Seria o realismo de suas representações que constrói seus estilos (COMOLLI, 2008, p. 176).

Ainda que sua análise se destine ao cinema e à crítica à mídia e à degeneração da objetividade, esta apresentação iniciada com Comolli quer manter viva a noção de uma narrativa tomada como real pela verdade dos referentes que agencia. Para Comolli,

apenas nossa cegueira e nossa surdez [...], podem explicar o fato de tomarmos as informações agenciadas [...] como afirmação transparente do que aconteceu. [...] nada do mundo nos é acessível sem que os relatos nos transmitam uma versão. (COMOLLI, 2008, p. 173)

1. Contexto

Kant separa do conhecimento teórico as faculdades da razão prática e do juízo e assenta cada uma delas sobre seus próprios fundamentos (Habermas, 2000, p. 28)

Com esta citação de Jürgen Habermas, agenciada ao menos enquanto incitação, pode-se vislumbrar a questão em voga nesta pesquisa. Para ele, Kant funda uma arquitetônica da razão formada pelas condições de possibilidade do conhecimento objetivo, pelo discernimento moral e pela avaliação estética. A razão crítica, ao delimitar as esferas de valor de cada campo

de investigação, é assegurada por suas próprias faculdades subjetivas e surge como juiz supremo da cultura (ciência, técnica, direito, moral, arte). (HABERMAS, 2000, p.28-29), pois,

com a análise dos fundamentos do conhecimento, a crítica da razão pura assume a tarefa de criticar o mau uso de nossa faculdade de conhecimento, trabalha para a relação com os fenômenos. Kant substitui o conceito substancial de razão da tradição metafísica pelo conceito de uma razão cindida em seus momentos, cuja unidade não tem mais que um caráter formal (HABERMAS, 2000, p. 29).

Diante disso, talvez possamos situar brevemente a obra política kantiana e o opúsculo em questão a partir de alguns textos de referência a respeito de Immanuel Kant. Ottfried Höffe (HÖFFE, 2005, p. XVII), por exemplo, concorda que historicamente Kant pertence à época do Iluminismo e, assim, à orientação geral de que o homem pode dominar todas as coisas com confiança otimista na razão, que já se tornara frágil em muitos aspectos, afirma Höffe. Para ele, Kant representa não só o apogeu intelectual mas também uma transformação do iluminismo europeu, tendo Kant assumido o lema do *Sapere Aude* elevando-o a princípio universal. Consoante anuncia, um

iluminismo como processo: a superação de erros e preconceitos a partir da decisão de fazer uso do juízo próprio, a renúncia gradual a interesses particulares e a descoberta sucessiva da ‘razão humana universal’ (HÖFFE, 2005, p.XVIII).

HÖFFE (2005, p. XVIII) entende que essa ideia universalizada se apresenta em Kant como resultando na “crítica de toda a filosofia dogmática e na descoberta do fundamento último da razão, cujo princípio é a autonomia, a liberdade enquanto autolegislação.” Com a filosofia crítica, Kant teria desenvolvido uma “filosofia autônoma (...) enquanto ciência racional (...) que pressupõe que o conhecer e o agir humanos (...) contêm certos elementos que são válidos independentemente de toda empiria”, pelo que tentará mostrar a constituição disso apesar da finitude da receptividade e da sensibilidade (HÖFFE, 2005, p. XXI). Contudo, afirma Höffe, como filosofia científica terá que mostrar os elementos independentes da experiência mediante um método exposto de modo sistemático a necessidade e a universalidade do saber e mesmo do agir moral, isto é, a crítica transcendental da razão.

No entanto, conforme o próprio ponto de análise de HÖFFE (2005, p. XXIII), serão os escritos principais de Kant que constituirão o núcleo de seu pensamento, já que seria neles que o pensamento de Kant alcançaria sua forma decisiva, conforme considerara o próprio filósofo. Para HÖFFE (2005, p. 9), já em escritos de 1755, quando do terremoto de Lisboa, se tornaria patente “a primazia, posteriormente central, da razão prática sobre a razão teórica”, e já em comentários da época de Kant, este seria um professor, teórico sagaz, que saberia

estimular a própria reflexão, “ensinar não a filosofia, mas o filosofar: um pensar crítico e livre de preconceitos.” (HÖFFE, 2005, p. 11)

Importante destacar que, para HÖFFE (2005, p. 29), os escritos postumamente publicados mostram que o próprio Kant “não entende seu pensamento como uma doutrina já concluída, mas como um processo permanente de elaboração de novas ideias e novas questões”.

Cumprе ressaltar que Kant não destinou obra para tratar especificamente da Filosofia Política como tal, de acordo com o que foi registrado pelo compêndio de textos da Universidade de Cambridge (KANT, 1991), e segundo a edição alemã da *Akademieausgabe*⁵, dos que são considerados os textos ou escritos políticos de Kant⁶, isto é, textos publicados propriamente por Kant e que tratam explicitamente de teoria política foram registrados como tal. Interessante perceber que mesmo na seleção da Cambridge o editor julga fundamental incluir para este fim um trecho da Crítica da Razão Pura, a saber, um apêndice da Crítica da Razão Pura, especificamente da Lógica Transcendental II, da Dialética I, e das Ideias em Geral.

O período histórico em si, que engloba o momento de vida de Kant, é um período em que se deu o surgimento do opúsculo kantiano era de transformação do mundo e foi determinante para o que o mundo veio a ser hoje, e até mesmo para onde se dirige, afirma HOBSEWORTH (2012, p. 15). Uma teia histórica que ocasionou a gênese das palavras e dos conceitos com os quais imaginamos o mundo (HOBSEWORTH, 2012, p. 20). Sua referência específica são as revoluções: francesa, de 1789, para o campo político, cujos princípios são comumente representados em liberdade, igualdade e fraternidade; e a revolução industrial inglesa, para o campo econômico, desde a década de 1780 com a construção do primeiro sistema fabril do mundo moderno em Lancashire até o estabelecimento de uma economia industrial capitalista (HOBSEWORTH, 2012, p. 24). A era das revoluções, consoante sua obra homônima na qual discorre sobre aquele momento histórico em que se observava a “ideologia de uma crença no progresso individualista, secularista e racionalista”; período que terminaria

⁵ Volumes XXII e XXIII.

⁶ São eles: “Ideia para uma história universal do ponto de vista cosmopolita”; “Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento”; “Sobre o dito comum: isto pode ser correto, mas não serve para a prática”; “A paz perpétua”; “Metafísica dos Costumes”; “A disputa das faculdades”; a “Revisão das ideias sobre a filosofia da história da humanidade de Herder”; “Conjecturas sobre o início da história da humanidade”; e, por fim, “O que é orientar-se no pensamento”, além de um apêndice da Crítica da Razão Pura.

“com a construção da primeira rede de ferrovias e a publicação do Manifesto Comunista” (HOBSBAWM, 2012, p.21).

Os tempos eram de ciências que se dedicavam à solução de problemas produtivos e ainda não estavam “divididas pelo academicismo do século XIX em uma ciência ‘pura’ superior e uma outra ‘aplicada’ inferior”, e os empreendimentos intelectuais poderiam ser representados pelo movimento enciclopédico, como o de Diderot e d’Alembert, não no sentido de “um compêndio do pensamento político e social progressista, mas do progresso científico e tecnológico”, que tinha com o “‘iluminismo’, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza”, derivado sobretudo do “progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica” (HOBSBAWM, 2012, p.47).

Uma ideologia, conforme afirma HOBSBAWM (2012, p. 48), engendrada sobretudo à partir dos dois principais centros dessa ideologia, e do mundo, naquele período, de “um individualismo secular, racionalista e progressista” que dominava o pensamento ‘esclarecido’. Libertar o indivíduo das algemas que o agridavam era o seu principal objetivo. Libertá-lo, portanto, do tradicionalismo ignorante da Idade Média, (...), da superstição das Igrejas (distintas da religião ‘racional’ ou ‘natural’), da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia (...) de acordo com o nascimento” (HOBSBAWM, 2012, p. 48). A busca pelo “reino da liberdade individual” era uma ideologia revolucionária, dirá HOBSBAWM (2012, p. 49), pois com uma crença apaixonada no progresso e que assumira “como verdadeira a proposição de que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista”; uma marcha para “a libertação de todos os seres humanos” e que implicou na “abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa”.

Imbuído de suas reflexões a respeito da *Aufklärung*, Kant aventara não poder-se considerar “ilustrados” os homens de seu tempo, mas antes em “época de ilustração”, ou seja, em um estado de condições em que ainda não poderiam se servir do próprio entendimento para dirigir-se com segurança nas questões de religião, ainda que em “um campo aberto para que eles trabalhem nesse sentido” (A 491 e pg. 106)⁷. Por isso, sustentará que as restrições à

⁷ Rousseau, em *Discurso sobre as ciências e as artes*, de 1750, seu texto inaugural consagrado pela academia de Dijon, questionara sobre a contribuição das ciências e das artes para aprimorar os costumes. Com sua época percebida com malogro em contribuir para a civilidade, Rousseau indicará a importância da moral, repudiando o iluminismo de seu tempo. A contraposição aos filantropos de época que não possibilitaram o espetáculo de ver o homem, por seu próprio esforço e por meio das luzes de sua razão sair das trevas em que a natureza o envolvera. O que é para Kant exposto na necessidade de *Aufklärung* de seu tempo, do homem *naturaliter* para o *civiliter*.

liberdade figurariam em “um jogo entre as duas qualidades de restrições”, o que faltaria compreender para avaliar o pleno sentido do artigo de Kant quanto ao paradoxo sob o qual Kant sustenta que grau menor de liberdade civil proporciona um maior poder de extensão da liberdade do espírito.

Um tempo não esclarecido mas em esclarecimento, um tempo de crítica, apresenta Kant. Sua orientação parece aludir à relação entre conteúdo (filosofia) e competência (filosofar) que pode ganhar uma nova significação. Para Kant, o ensino deve se dirigir primordialmente ao filosofar, se remontarmos ao debate quanto a Filosofia de Escola (*Schulphilosophie*) e a Filosofia de Mundo (*Weltphilosophie*), que, como se poderá perceber mais adiante, segue ainda candente. Uma diferenciação que nos remonta a um ponto importante da questão aqui desenvolvida, de se haveria uma diferença entre conteúdo a ser conhecido (*ex datis*) e forma de investigar os conteúdos e pensar por princípios (*ex principii*). Talvez uma diferenciação entre conhecimento ilustrado e conhecimento esclarecido.

Em nosso tempo o opúsculo kantiano ainda figura como proposta para leituras e estudos no ensino médio. Suas apresentações para o ensino nas escolas são diversas, desde manuais esquemáticos de história da filosofia⁸, chegando a se apresentar o texto na íntegra para leitura e análise⁹ e não mais apenas relacionado ao estudo dos pensamentos desenvolvidos por pensadores associados historicamente com o movimento iluminista ou com a era do iluminismo.

Ora, parece-nos que Kant tem algo fundamental a apresentar com o seu texto e que não seria apenas um conteúdo a mais a ser ensinado pelos professores e assimilado pelos estudantes, parece-nos haver algo próximo do que Kant sugere com o filosofar, o pensar livremente; pensar por princípios.

No Manual dos cursos de lógica Kant afirmará a importância da submissão do pensamento à crítica não dogmática:

A escola tem seus preconceitos tanto quanto o intelecto comum. Aqui, um corrige o outro. Por isso, é importante submeter um conhecimento ao exame de homens cujo intelecto não dependa de nenhuma escola. (KANT, 2006, p. 99)

Interessante notar que será Adorno, autor aqui importante para a leitura aqui registrada da *Aufklärung*, o qual irá chamar atenção para os riscos das formalidades da lógica

⁸ De regra adotados em função do Plano Nacional do Livro Didático (2012-2014), como, por exemplo, o “Fundamentos de Filosofia”, da Editora Saraiva, e “Iniciação à Filosofia”, volume único, da editora Ática.

⁹ Como na Antologia de Textos filosóficos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEEPR, 2009).

(ADORNO, 1983). Em sua crítica ao positivismo, uma perspectiva que se supõe em ponto de vista neutro para julgar a cientificidade, Adorno quer abandonar a lógica como anterior à vida, enquanto primazia ou posição privilegiada de cientificidade, já que esta mesma seria mediada pela vida. Para ele, a maioria contém os seus riscos de um eu fraco. Segundo Adorno, Kant tem a emancipação como esclarecimento em vigor, não estático, portanto um constante vir-a-ser, conforme expõe em Educação para emancipação (ADORNO, 1995, p. 181). O que, assim indica, irá desenvolver na “Dialética do Esclarecimento”, livro escrito em conjunto com Horkheimer, pelo qual irá cunhar o importante termo indústria cultural.

Mas talvez se tenha aqui a busca pelo conceito ocidental de Filosofia e uma eventual função cultural de *locus* para a liberdade de pensamento crítico. A maioria do indivíduo na Filosofia não seria, pois, formada a partir da razão estranha, o que seria imitar a razão alheia. O estudante deveria, pois aprender a pensar e não aprender os pensamentos já pensados por outros. Buscar um estado ilustrador e não um estado ilustrado e estagnado. Filosofar não é a partir de seu território, seu domínio, julgar os demais, mas antes é “estar em casa em qualquer lugar” (NOVALIS, 2007, p. 155, tradução própria)¹⁰.

Esta breve e certamente retalhada contextualização do opúsculo de Kant, o qual é reconhecido como inaugural do iluminismo tardio alemão, busca brevemente situar o texto em questão a partir de algumas das leituras comentadas recorridas, ainda que em ciência de seu devido direcionamento, a partir da qual se abre a representação textual dos estudos em voga.

2. Pretexto

“Notas sobre a resposta à pergunta: “O que é o Esclarecimento” e a noção de emancipação nos textos políticos de Kant” figura como ensaio de representação textual de uma pesquisa continuada que investiga as assim compreendidas três dimensões do pensamento kantiano. Ética, e Política, em: o que devo fazer; Metafísica em: no que posso crer (ou ter fé); e Epistemologia em: o que posso conhecer, ou o campo da Filosofia (KANT,

¹⁰ No texto referenciado em inglês, consta: “Philosophy is really homesickness—the desire to be everywhere at home”. Também encontrado no Aforisma 104 dos Fragmentos de Teplitz. Novalis, é conhecido por este aforisma que, para alguns, resume não só a sua Filosofia, mas toda a Filosofia do Romantismo, tendo sido também o ponto de partida para Heidegger em sua preleção sobre os conceitos fundamentais da metafísica, conforme registra Alan Wood em sua nota de número 377 ao texto de Novalis. Para ele, Novalis expressa um pensamento similar quando no fragmento 1 dos *Fragmente und Studien* afirma que não haveria regozijo maior que ser capaz de entender tudo – estar em casa em todos os lugares – possuir um conhecimento de tudo – encontrar assistência em todos os lugares (NOVALIS, 2007, p. 259).

2006, p. 53). O que poderia ser a dogmatização de algo proposto também por Kant enquanto *Einsicht*¹¹.

Enquanto estudamos em História da Filosofia sobre a posição de Kant, o programa sistemático ou esquemático (esquematismo) se destaca frente ao programa da *Aufklärung*, ensejando a primazia da epistemologia frente à política. Estaríamos ainda diante do tribunal da razão?

A recepção crítica de Kant tem conduzido a uma tendência já em questionamento da imposição da primeira crítica (CRP) sobre a segunda crítica (CRPr) e assim até sobre a política; seria pensar a ética nos termos da epistemologia. A carência de uma passagem (*Übergang*) - ou mediação - investigada a partir da terceira crítica (CJ), ou de uma revirada (*Kehre*), já denotam um ponto de vista (*Einsicht*). Estaria Kant com este em um momento de eufemismo ou de sabedoria socrática?

O programa do iluminismo tratava de substituir a imaginação por saber, a visão mítica da natureza pela dominação da natureza pelo homem. Em seu conceito, iluminismo aparece como ilustração, esclarecimento de uma imaginação fantástica em defesa do princípio de imanência. Todo acontecimento fenomênico seria repetição de uma lei natural, identidade com a natureza. A CRP poderia, assim, ser vista como o projeto kantiano de dar conta da física newtoniana, ou da revolução copernicana que posicionou o sujeito no centro do conhecimento.

Para Schiller, visto como um homem das letras, um ilustrado de seu tempo, em contraponto, a partir de seus escritos sobre o sublime (SCHILLER, 2011), somos parte da natureza, mas nem por isso somos escravos dela, conforme consta em sua educação estética do homem. Experienciamos o mundo de determinada maneira, como um sujeito transcendental e suas categorias, talvez, mas partiu-se dessa *Einsicht*, desse ponto de vista, para a experiência de mundo da fenomenologia. ABBAGNANO (2007), por outro lado, indica, em seu verbete, que a visão kantiana foi de uma *Weltanschauung*, uma intuição no mundo. Ou seria antes uma intuição de mundo?

Enquanto os ilustradores do conhecimento apostam no estado da razão, o cosmopolitismo (político) de Kant indica antes uma *Heimatlosigkeit*, como pode ser encontrada em Nietzsche; ou em certa antinomia a Goethe (outro literato), indicar a Filosofia

¹¹ Apesar de algumas diferenças semânticas, *Einsicht* é traduzido nas obras kantianas por “ponto de vista”.

como um estar em casa em todos os lugares (NOVALIS, 2007, p. 155). Para uns somos a identidade do conceito, para outros nada seríamos além daquilo que a educação de nós fizera.

Mesmo ao se recorrer a concepções metafísicas menos catedráticas, como a de Bergson, temos que os dados imediatos da consciência são problemas filosóficos em si que decorrem das imagens que fazemos e em torno das quais polemizamos (BERGSON, 1988, p. 9). Percebemos que a própria questão é filosófica e para além de um erro de Kant, conforme apontado por Bergson, de tomar o tempo por um meio homogêneo (BERGSON, 1988, p. 159), ou talvez homogeneizante.

Kant propriamente parece sugerir sua *Einsicht* como uma tomada de posição de uma *Weltphilosophie* (*ex principiis*) e não de uma descoberta da filosofia de escola (*Schulphilosophie*) (*ex datis*), ou talvez até mesmo de um resultado ou estado alcançado pela filosofia de escola a partir de uma posição do filosofar (*Weltphilosophie*), já que seria esta a verdadeira Filosofia para ele (KANT, 2001, B881; e KANT, 2006, 47-48).

Assim, poderia o que é *Aufklärung* estar para além da razão ilustrada, do conhecimento ilustrador? Ou seria sabedoria um mero acúmulo de saberes? Um aprisionar conceitos a serem registrados em uma enciclopédia da mente? Ou seria antes a *Aufklärung*, então, para Kant, um germe nevrálgico que não deixa estagnar a crítica?

Com efeito, o estudo pretende resgatar a proposta do que aparece como imperativo categórico (*Sapere Aude*) para permitir a *Aufklärung* em um encontro da passagem do iluminismo para o esclarecimento, tematizando suas diferenças como problema filosófico e não mera questão de tradução. Resgatando Fernando Costa Matos, que com seu trabalho de uma possível nova tradução da Crítica da Razão Pura engendra na própria tradução um problema filosófico.

Considerando ainda que no mínimo esteticamente “mostrar nada tem de neutro” (COMOLLI, 2008, p. 108), os livres pensadores de Kant têm na questão “Como orientar-se no pensamento” certamente algo além da querela com o espinozismo. Em nota, KANT (2012b, p. 62) indica justamente neste texto a tarefa de incutir o mais cedo possível na educação do ser humano a *Aufklärung*, de modo a permitir o desenvolvimento do espírito livre do pensamento. Com determinação e coragem para fazer uso do seu próprio entendimento, sendo capaz de *Einsicht*. Ainda que não o rejeitando, mas pelo menos, para

Kant, contradizendo-o ao escrever outra metafísica própria (KANT, 2006, p. 22). Capaz, digamos, de uma própria imaginação criadora.

Assim, as linhas aqui desenvolvidas participam de um estudo que procura dar enfoque à noção de Kant sobre a *Aufklärung* e seus fundamentos. Além de possibilitar a situação da proposta kantiana de *Aufklärung*, investiga-se, a partir dela, as possibilidades da própria noção de emancipação em Kant. Não obstante a delimitação de escopo exigir um aprofundamento no conjunto da obra kantiana para uma melhor compreensão de suas questões, e de sua proposta de filosofia inclusive, os textos são analisados subsidiariamente com vistas ao objeto de estudo.

Um estudo, a propósito, que parte de uma percepção de mundo com divergências críticas para com o conceito de progresso contínuo, seja ele econômico, cultural ou científico de domínio humano do mundo, o domínio sobre o natural; frente ao desenvolvimento integral do ser humano, integrado com e no mundo. Uma percepção crítica da aposta, como quis Kant, de um contínuo aperfeiçoamento da espécie humana rumo à legislação perfeita, rumo à paz perpétua, como em “Ideia de uma História Universal” e em “Antropologia”¹². O Fortschritt, referenciado por TERRA (1995) a Adorno. Divergências polêmicas, pois, com a matematização das ciências, inclusive as humanas, que impôs a análise quantitativa e não qualitativa do ser social e do como fazer um ser, pondo a verdade no método. Polêmicas, ainda, com a imposição de um modo de pensar, de uma visão de mundo como realidade última; de posições políticas que a si arrogam a visão do real, impondo-se como a correta frente a outras, em detrimento da visão cosmopolítica.

Divergências até dicotômicas que remontam à gênese de compreensões modernas do ser humano e do ser social que, impondo-se até como domínio, afirmam o homem como “lobo do homem” (com sua corrupção do social) ou como “bom selvagem” (corrompido pelo social), ainda hoje presentes. Seus argumentos perpassam a história humana por vezes apelando ao argumento da natureza ou à natureza do argumento em busca de fundamentação.

Seria da natureza do homem ser competitivo e lutar contra os seus para garantir sua própria sobrevivência ou teríamos um homem cooperativo e que fora corrompido pelas instituições que realizou, como a propriedade privada, pondo-se contra si mesmo? Como

¹² Em Kant, a perfectibilidade ou o desenvolvimento até a perfeição, até a legislação perfeita, pode ser encontrada ainda em sua Antropologia (KANT, 2009) e sua filosofia da história (KANT, 2011).

dissera Adorno, a necessidade nos retira a capacidade de pensar livremente¹³. Alguns conseguem associar ambas na sociabilidade insociável, como Kant, ou em instinto de Eros frente a impulso para a morte, como Freud¹⁴, estando ambos, portanto, presentes à natureza humana. O equilíbrio alcançado em uma luta do individual com a situação social, ou mesmo do ser com o dever ser, sendo o resultado algo vivido no contingente temporal e histórico dessa luta.

De que forma seria a imaginação criadora capaz de determinar o próprio ser humano? Seria o caso de a visão de mundo, mesmo a não “provada”, ou não real, e aquela resultado de uma descrição modelar de intuito explicativo do social (um teórico hipotético ou supositivo) capaz de impor-se como dogma frente às demais? Impor-se como razão privada em detrimento da pública? Até que ponto, portanto, a imaginação seria capaz de formar nossa individualidade em cada posição, situação no mundo. Como se fosse uma adoção arbitrária, uma teoria que por certa servidão voluntária é capaz de determinar o nosso ser, muitas vezes com pouca ou até mesmo nenhuma reflexão crítica.

No caso, a relação clássica entre liberdade e necessidade se encontrando na determinação das realidades exterior e interior, ou de uma sobre a outra. Seríamos nós enquanto parte da natureza também escravos dela? Nossas teorias sociais podem dar conta dos fenômenos, explicar suas ocorrências em certa medida, mas esgotam elas a realidade do ser em si e para si? Ou como seria possível que teorizações tão díspares falassem sobre o mesmo real humano? Seria o real deveras dialético?

Apesar da dificuldade do pensamento de Immanuel Kant, que dizia que o conhecimento deve ser perfeito logicamente, mas também esteticamente para ser completamente perfeito (KANT, 2006, p. 75), este estudo está muito aquém de poder e sequer pretende representar a complexidade do pensamento kantiano. Mas quer-se, portanto, antes explorar a sua riqueza, enfrentar os seus limites, transpor as suas fronteiras. É saber mais uma vez, porque lemos Kant ainda hoje. Porque perpetuamos um clássico? Careceria ele de nossa leitura para tanto ou seria o real, representado por suas ideias, sobrevivente apesar de nossas mentes? Afinal, não seria isso um clássico, aquele que se deixa atualizar nos mais diversos tempos? A questão é se não seríamos antes nós aqueles que atualizamos os clássicos.

¹³ ADORNO, Theodor W. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 224. No original: *Lebensnot hat ihnen die Freiheit des Gedanken verschlagen*.

¹⁴ Conforme pode ser encontrado, por exemplo, em FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

Pensamento morto é aquele que não segue nas mentes dos sobreviventes. É aquele pensamento ilustrado, uma enciclopédia que não se abre.

SAPERE AUDE E A RESPOSTA À PERGUNTA: QUE É “ESCLARECIMENTO”?

Somente aquele que, embora seja ele próprio esclarecido, não tem medo de sombras, ao mesmo tempo tem à mão um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a tranquilidade pública, pode dizer aquilo que não é lícito a um Estado livre ousar: raciocinai tanto quanto quiserdes e sobre qualquer coisa que quiserdes; apenas obedecei! Revela-se aqui uma estranha e não esperada marcha das coisas humanas; como aliás, quando se considera esta marcha em conjunto, quase tudo nela é um paradoxo. (KANT, 2012a, p. 71)

Publicado na fase tardia do iluminismo alemão, “*Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung*”¹⁵, é reconhecido como seu texto inaugural fundamental. Ousar saber, pois, é o seu mote. Sua máxima prescreve a saída da menoridade, pois auto-inculpável. Sua proposta, contudo, de um iluminismo ainda presente, pois a causa dessa menoridade do homem reside na falta, não de entendimento, mas de resolução e coragem de fazer uso dele. Em lugar da liberdade busca-se a sujeição segura a tutores que pensam em seu lugar.

O opúsculo kantiano em questão recebeu para o português ao menos duas versões tradicionais. Uma traduz *Aufklärung* por ilustração ou iluminismo, e outra a traduz por esclarecimento. A recepção crítica desse opúsculo kantiano no Brasil pode ser localizada em Rubens Rodrigues Torres Filho, sobretudo com seu: “*Respondendo à pergunta: Quem é a ilustração*”¹⁶, em *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. Mas *quem* ou o *quê* é esse sujeito crítico a quem Kant se refere, capaz de ousar saber, de se por entre o dogmatismo e o ceticismo como terceira via enquanto projeto crítico, um iluminista?

Em questão, ainda, a disputa por primazia, um verdadeiro campo de batalha, como representou Kant o tribunal da razão, entre teoria e prática, mesmo entre, como as distinguiu Kant, metafísica e ética; por si mesmo uma questão filosófica.

Há alguns que recebem a obra kantiana como de maior riqueza quando avaliada como um conjunto e a partir da política. Um sujeito no mundo. Com eles, entende-se sujeito kantiano como homem livre. Pela leitura do sublime em Kant que Shiller traz em sua obra:

¹⁵(WA, AA 08: A481s) KANT, Immanuel. *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung*. In *Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902-2010.

¹⁶TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Respondendo à pergunta: quem é a ilustração?* In *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Primeira publicação em “Discurso”, 1º semestre de 1983, nº 14. Republicado no livro de sua organização: “*Ensaio de Filosofia Ilustrada*”, pela Brasiliense em 1987, e cuja 2ª edição fora publicada pela Iluminuras em 2004.

“*Vom Erhabenen*”¹⁷, do Sublime, o homem está sob as leis da natureza, inclusive a sua própria, contudo é livre. Assim, ainda que marcado pela natureza não é escravo dela. Mas, então, o que é *Aufklärung*?

No opúsculo em questão, Kant a define como enquanto saída do homem da menoridade pela qual é o próprio culpado. Essa menoridade é a incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem direção alheia.

O debate ao qual Kant responde, conforme resgata Rubens Rodrigues, é inaugurado por Johann Erich Biester, um dos fundadores do *Berlinische Monatsschrift*, no qual foram publicados os textos dialogantes, inclusive o kantiano. Esse mensário era editado em Jena, portanto no exterior da Prússia. Nele se publicavam as reflexões da “Sociedade dos Amigos da Ilustração”, visando propagar a liberdade de crítica e de pensamento. Biester publica sua colocação em 1783 sob o título: “*Proposta de não mais se dar trabalho aos eclesiásticos na consumação do matrimônio*”. Nela sustenta que os ilustrados não mais careceriam das celebrações eclesiásticas, pois seriam igualmente dignos e importantes, assim, juridicamente suficientes para celebrar o contrato matrimonial.

A resposta veio de Johann Friedrich Zöllner, também membro daquela sociedade, mas de opinião contrária. Em seu texto indagava se seria aconselhável igualar todas as relações jurídicas com a matrimonial, a qual decidiria sobre a felicidade humana, entendendo, pois, não ser recomendável a dispensa da sanção religiosa.

Para Zöllner não se deveria ilustrar às cegas e confundir os homens. A ilustração enquanto questionamento indistinto da autoridade constituída, não deveria ser entendida como um pretexto para a subversão e para a anarquia. Isso seria deixar a ilustração sem crítica e sem consciência de seus limites. Desse modo surge, portanto, a clássica pergunta de Zöllner: “*Was ist Auklärung?*”, a qual seria, para o autor, quase tão importante quanto perguntar o que é a verdade¹⁸. Perguntas que ele ainda não encontrara respondidas em seu tempo.

¹⁷SCHILLER, Friedrich. *Do sublime ao trágico*. Org. Pedro Sússekkind; tradução e ensaios Pedro Sússekkind e Vladimir Vieira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

¹⁸ Kant, no manual aos cursos de lógica, se perguntará o que deve significar a questão o que é a verdade, sendo que para ele a pergunta para ele seria em si quanto a um critério de verdade que seja certo e universal e de aplicação útil. Verdade, para Kant, aparece, assim, como o acordo do conhecimento, que está no sujeito que conhece, com o objeto, o sujeito que é conhecido, a partir do que o sujeito cogniscente conhece no objeto cognoscível, podendo-se ainda julgar se “o meu conhecimento do objeto concorda com meu conhecimento do objeto” (KANT, 2006, p. 103).

Para Torres Filho, essa questão se encontrou, paradoxalmente, formulada nos anos finais do Século das Luzes, sendo a partir dela que Kant irá fazer da própria ilustração um problema, pondo-a sob suspeita. Responder à pergunta kantiana no diálogo do mensário, porém, mostra-se mais amplo do que apresentar uma definição para o conceito.

Um ano antes, em 1783, igualmente por meio do *Berlinische Monatsschrift*, em *Prolegômenos a toda Metafísica futura*, Kant irá convocar os ilustradores de sua época a suspenderem suas atividades enquanto não tiverem investigado o conceito que os sustenta, não terem respondido à própria possibilidade da Metafísica¹⁹. Com efeito, circunscreve-se a importância em que se situa a resposta de Kant a Zöllner, publicada no mesmo mensário um ano depois, em 1784. Nela a ilustração é posta sob dúvida pela necessidade de se reafirmar a liberdade. Não como mera luz nas trevas, mas como um contínuo de conscientização, para uma época considerada em tempos de crítica. Crítica esta à qual tudo deveria submeter-se.

Rubens Rodrigues indicará a esse respeito, contudo, que a intenção de Kant com seu texto é procurar dar resposta ao tema pontual em debate, se é devido à razão ilustrada questionar a sanção religiosa a um ato civil, e em que limites a resposta kantiana seria afirmativa. Ademais, seria dar resposta a como entender essa crítica proposta de modo a nortear seu exercício para que não ameace a tranquilidade pública ao questionar-se a autoridade constituída; por isso a mudança para “quem é o esclarecimento” na resposta de Torres Filho no lugar de “o que”, consoante a proposta kantiana de reforma do pensamento e não de revolução para com a autoridade.

¹⁹ (Prol, AA 04: 5)

RESPONDENDO À PERGUNTA: QUEM É A ILUSTRAÇÃO

Tendo como eixo de leitura o questionamento à religião (segundo os dois poderes que desafiam o avanço das Luzes²⁰), Rubens Rodrigues desenvolverá a sua resposta em “*Quem é a ilustração*” sobretudo relacionando o texto de Kant como estruturado em três partes: i) analítico-conceitual; ii) aspectos de restrição e promoção da ilustração; e iii) aplicação histórica do conceito. A primeira se destina a uma analítica do conceito, cito: “conduzida da definição da Ilustração à afirmação de que seu único requisito é a liberdade”. A segunda, como eixo do texto, e para ele a parte mais substancial da argumentação de Kant, em torno de “qual restrição da liberdade promove o avanço das Luzes?”²¹. Ou seja, “qual restrição é obstáculo para a Ilustração?” (*hinderlich*) e “qual não é, mas, pelo contrário, lhe é até mesmo propícia?” (*beförderlich*)²². A terceira parte, por fim, na análise de Torres Filho, se daria pela atualização, i.e., a “aplicação histórica daquele conceito de ilustração internamente esclarecido” dado pela pergunta de Kant: “Vivemos agora numa época ilustrada?”²³, que Rubens Rodrigues entendeu por fecho da discussão.

A partir disso, Rubens Rodrigues apresenta como garantido o limite entre o uso público da razão, que promove o espírito cosmopolita e liberta o homem pelo “uso de sua própria razão em seu próprio nome”²⁴, e o uso privado da razão, que obriga o cidadão a obedecer, a participar da tutela e desempenhar uma função a ele confiada, o que Torres Filho identificou como debate primordial no diálogo do *Berlinische Monatsschifte* e uma resposta confortante ao receio de Zöllner. Com “a verdadeira reforma da maneira de pensar”²⁵ Kant estaria, pois, evitando o receio de Zöllner de que a *Aufklärung* traria perigos de revolução de preconceitos antigos por preconceitos novos, mantendo-se, contudo, a heteronomia²⁶.

A função e mesmo o sentido no interior da argumentação de Kant, para Rubens Rodrigues, teriam de encontrar seu propósito com respeito a duas outras definições de importância central para a obra kantiana. A primeira sendo a “faculdade de desejar” – por

²⁰TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004. 2ª Ed. p. 105. Esses dois poderes são: “a religião, pela sua santidade e a legislação, pela sua majestade” (KrV, AA 03: AXII).

²¹Ibid, p. 106.

²²(WA, AA 08: A485).

²³(WA, AA 08: A491).

²⁴Ibid, p. 110. E (WA, AA 08: A488).

²⁵(WA, AA 08: A484).

²⁶Ibid, p. 112.

suas representações ser causa da realidade efetiva dos objetos dessas representações, exposta na *Crítica da Razão Prática*, de 1788 (ano posterior à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*). A segunda, o “sentimento de prazer” – estado da mente em que uma representação concorda consigo mesma, como fundamento, seja para conservar tal estado, seja para produzir seu objeto²⁷, exposto na *Crítica da Faculdade do Juízo*, de 1790²⁸. Ambas categorias do entendimento puro sem conteúdo empírico, portanto, sem julgamento prévio. Rodrigues evoca as palavras de Kant para afirmar que conceitos, para serem tomados em sua devida universalidade, deveriam ter definição *transcendental*, portanto universal, reportando-se à sistematização kantiana inaugurada pela *Crítica da razão pura*. Segundo Kant, destaca Torres Filho, não cabe impor ao entendimento restrição alguma pela definição transcendental²⁹.

A “ilustração”, por essa leitura de conceito transcendental, tem seu núcleo puramente racional, como anterior a qualquer experiência em “a passagem da heteronomia à autonomia, obtida através da própria autonomia”. Ela é o “ato de servir-se do próprio entendimento”³⁰. A esse ato dever-se-ia a saída da minoridade auto-inculpável do homem, conforme advoga Rubens Rodrigues.

²⁷TORRES FILHO, 2004. p. 107.

²⁸O aparente absurdo da possibilidade da faculdade de desejar, de ser causa de seu objeto, resgata Rodrigues, será razão para uma explicação por parte de Kant que ensejou a mudança da primeira para a segunda introdução à *Crítica do Juízo*.

²⁹Ibid, p. 110.

³⁰Ibid, p. 108.

A NOÇÃO DE EMANCIPAÇÃO NOS TEXTOS POLÍTICOS DE KANT

Em sua leitura com ênfase para a definição transcendental do conceito com vistas à saída da minoridade auto-inculpável do homem, Rubens Rodrigues arrogou porém menos ênfase para algo que enseja em parte as reflexões traçadas na investigação aqui registrada, a saber, que a ação afirmada por Kant na passagem logo após os termos empenhados por Torres Filho:

Auto-inculpável é essa minoridade quando a causa dela não está na falta de entendimento, **mas na falta de decisão e de coragem para servir-se do seu sem a condução de outrem.**³¹

As formulações para essa frase kantiana encontradas nas diversas traduções não diferem significativamente (vide, por exemplo, Artur Morão³², Floriano de Sousa Fernandes³³, Vinicius de Figueiredo³⁴), mas o verbete de Jean-Marie Vaysse sobre o Esclarecimento permite encontrar a diferença de ênfase e sentido aqui em questão. Para ele, a minoridade é situada enquanto preguiça e covardia, as quais explicam o fato de o homem preferir, à liberdade, “a sujeição segura a tutores que pensam em seu lugar”³⁵.

A máxima da *Aufklärung* se relaciona, portanto, com o questionamento kantiano sobre o que se pode conhecer, tarefa engendradora em sua primeira Crítica, mas a máxima indica ainda a relação intrínseca entre o projeto de *Aufklärung*, apresentado nas obras ditas políticas, e o projeto crítico, das obras ditas teóricas³⁶.

Se o entendimento (*Verstand*) dita as leis aos sentidos (*Sinnen*), permitindo perceber o mundo em suas leis da natureza ao determinar as condições do conhecimento, a razão (*Vernunft*) dita as leis à vontade (*Wille*), por meio do que podemos determinar as leis para as

³¹Ibid, p. 92 (grifo próprio). Em alemão, a parir de (WA, AA 08: A481): “*Selbsverschuldet ist diese Unmündigkeit, wenn die Ursache derselben nicht am Mangel des Verstandes, sondern der Entschliessung und des Mutes liegt, sich seiner ohne Leitung eines andern zu bedienen.*”

³²KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: “O que é Iluminismo?”*. Tradutor Artur Morão. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf.

³³KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”*. In Textos seletos. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 63-71.

³⁴KANT, Immanuel. *Resposta à questão: O que é Esclarecimento?*. In PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Antologia de Textos Filosóficos*. Org. Jairo Marçal. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 406-415.

³⁵VAYSSE, Jean-Marie. *Vocabulário de Immanuel Kant*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 28.

³⁶Consideram-se textos ou escritos políticos, bem como a não destinação de obra específica para a filosofia política a partir de: KANT, Immanuel. *Political Writings*. Cambridge Texts in the History of Political Thought. Cambridge, 1991. E KANT, Immanuel. *Gesammelte Schriften*. Op. cit.

nossas ações. A autonomia da vontade determina que o juízo quanto ao que é certo ou errado é ditado pela razão (*Vernunft*)³⁷.

Com Kant, essa relação pode ainda ser problematizada, pois:

É necessário que toda a nossa maneira de viver esteja subordinada a máximas morais; mas é ao mesmo tempo impossível que isso aconteça, se a razão não unir à lei moral, que é uma simples ideia, uma causa eficiente, que determine, conforme a nossa conduta relativamente a essa lei, um resultado que corresponda precisamente, [...], aos nossos fins supremos.³⁸

Sapere Aude surge, contudo, como uma máxima, um imperativo, a partir da leitura da noção kantiana de *Aufklärung* como processo contínuo de emancipação. A determinação e a coragem de sair do jugo de outrem uma máxima para pensar por si mesmo, conforme Kant irá apresentar os livre pensadores em outro texto classificado como político: “O que significa orientar-se no pensamento”³⁹.

Tenha coragem e determinação de servir-se do próprio entendimento sem a direção de outrem. A não ser que por natureza particular de se ter falta de entendimento, o homem é o próprio culpado de sua menoridade por falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo e sair do jugo de outrem.

Em “Que é *Aufklärung*”, para o “esclarecimento [...]”, nada mais se exige senão a liberdade. E a mais inofensiva [...]: a de fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões.” Quando de todo lado se ouve a ordem: “não raciocineis”, apenas “um único senhor diz raciocinai, tanto quanto quiserdes, mas obedecei”⁴⁰. Para Kant, esse único senhor é a razão.

Orientar-se no pensamento

³⁷LUDWIG, Ralf. *Kant für Anfänger: Die Kritik der Urteilskraft: Eine Lese-Einführung*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2008. p. 27. Tradução própria do original: “*Der Verstand ist der zentrale Mass aller Erkenntnis, da er Urteile ermöglicht. Er schreibt unsere Sinneseindrücken die Gesetze vor, womit wir die Welt mit ihren Naturgesetzen wahrnehmen*”.

³⁸(KrV A 813 B 841). E KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

³⁹(WDO, AA 08). KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 46 - 62.

⁴⁰(WA, AA 08: A485) e KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”*. In *Textos seletos*. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 65.

Enquanto que em “O que é *Aufklärung*” a máxima se dirige à ousadia do saber com liberdade, “Orientar-se no pensamento” apresentará o único senhor ao qual a liberdade deve obedecer. Em seu parágrafo conclusivo, Kant conclamará os

amigos do gênero humano, [...] admiti aquilo que depois de cuidadoso e honesto exame vos pareça digno de fé [*am glaubwürdigsten scheint*], quer se trate de fatos [*Fakta*] quer sejam princípios da razão [*Vernunftgründe*]. Somente não contesteis à razão aquilo que faz dela o supremo bem na Terra, a saber, o privilégio de ser a definitiva pedra de toque da verdade.⁴¹

E em nota conclusiva a essa conclamação de “O que é orientar-se no pensamento”, Kant indicará que a máxima da *Aufklärung* é pensar a todo tempo por si mesmo:

Pensar por si mesmo significa procurar em si mesmo a suprema pedra de toque da verdade [*Probierstein*] (isto é, em sua própria razão); e a máxima que manda pensar por si mesmo é o esclarecimento [*Aufklärung*].⁴²

Ainda na mesma nota, refutará aqueles que acham que esclarecimento é conhecimento [*Kenntniss*], pois ele

é antes um princípio [*Grundsatz*] negativo no uso da capacidade de conhecer, e muitas vezes quem tem enorme riqueza de conhecimentos mostra ser menos esclarecido no uso destes.⁴³

Seguirá a mesma nota indicando que a máxima do esclarecimento responderia à máxima moral do imperativo categórico:

Servir-se de sua própria razão não quer dizer outra coisa senão, em tudo aquilo que devemos admitir, perguntar a nós mesmos: achamos possível estabelecer como princípio universal do uso da razão aquele pelo qual admitimos alguma coisa ou também a regra que se segue daquilo que admitimos?⁴⁴

Kant concluirá sua nota com referência à educação para o esclarecimento. Será fácil “estabelecer o esclarecimento mediante a educação; deve-se apenas começar cedo e habituar os jovens espíritos a esta reflexão”, pois, afirma Kant, qualquer indivíduo pode realizar consigo mesmo o exame quanto à possibilidade de se estabelecer como princípio universal do uso da razão o princípio pelo qual se admite algo.⁴⁵

Será, pois, nesse sentido que Kant irá apresentar os livre pensadores (*Selbstdenkende*), os quais, “após terem sacudido de si o jugo da menoridade, difundirão (...) a vocação [*Geist*] de cada um de pensar por si mesmo”. Para Kant, o esclarecimento se dá pela “reforma do

⁴¹(WDO, AA 08). KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Op. cit., p. 61.

⁴²Ibid. p. 61.

⁴³Ibid. p. 61.

⁴⁴Ibid. p. 61.

⁴⁵Ibid. p. 61-62.

modo de pensar”, o que uma revolução, que antes se amarraria por novos preconceitos no lugar de antigos, jamais poderia produzir. Conforme seguirá Kant, “para este esclarecimento, não é exigido (...) senão a liberdade (...) de fazer em todas as circunstâncias uso público [*öffentlichen Gebrauch*] da razão [*Vernunft*].”⁴⁶

Desta feita, retomando Rubens Rodrigues e o modo como irá concluir seu artigo em resposta a “*Quem é a Ilustração*”, apesar de se perguntar se restrições à liberdade civil poderiam servir de condições para a ilustração enquanto exercício da liberdade de espírito e, com ela da emancipação de um povo⁴⁷, Torres Filho opera uma fluência de *Aufklärung* enquanto emancipação no início de seu artigo, para *Aufklärung* enquanto ilustração, esclarecimento iluminista, ao final dele. Mantém, pois, a convocação kantiana de *Sapere Aude*, “raciocinai livremente, mas obedecei”, centrada em uma leitura que enfraquece a leitura ético-política, a qual permite a compreensão de *Aufklärung* como proposta para um processo de emancipação, do paulatino sair do jugo, do domínio de outrem. Torres Filho indica a proposta de *Aufklärung* como de ilustração, de reconhecimento das determinações do sujeito e das fronteiras do conhecimento como algo a ser obedecido. Suplanta, contudo, a ação política em busca de um estado de autonomia, o da liberdade dos homens.

Isso nos leva à importância de se compreender a filosofia da história em Kant. A partir dela, reconhecida como inaugural da filosofia da história alemã, o conceito de *Aufklärung* em Kant tem seu sentido ampliado.

Filosofia da História e a sociabilidade insociável

Duas referências diretas em explicação a essa nota podem ser encontradas no texto kantiano, as quais “ilustram” a compreensão de Kant de que a filosofia da história se dá enquanto um progresso ordenado contínuo para a concórdia da civilização que resguarda a possibilidade da disposição natural de discórdia. Segundo Kant, haveria a possibilidade de um acaso, decorrente da tendência natural à discórdia (*Zwietracht*), que viesse a desfazer mesmo a perfeita constituição em concórdia (*Eintrachtig*). Kant objetivou encontrar um fio condutor em um ponto de vista (*Einsicht*) para uma história que, assim como a natureza, funcione por

⁴⁶(WA, AA 08: A485) KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Op. cit. p. 65.

⁴⁷TORRES FILHO, 2004. p. 110.

lei, ainda que em ordem contenha desordem, e que pudesse um dia por algum homem, ao encargo da natureza, ser escrita segundo este fio condutor⁴⁸.

Kant, consoante sua ideia de uma história universal cosmopolita, apresentará, uma filosofia da história a partir da qual as ações humanas, como todo acontecimento natural, são determinadas por leis naturais universais. Independentemente do conceito que se faça da liberdade da vontade, expõe Kant, as ações humanas são manifestações (*Erscheinungen*) dessa vontade, de cuja narrativa a história se ocupa⁴⁹.

Para Kant, a dificuldade em reconhecer tal planificação histórica como propósito em meio ao curso absurdo das coisas humanas se deve ao fato de que o homem age segundo seus instintos, como os demais animais, mas também segundo a razão, o que justamente o diferencia dos demais animais. Porém, nem sempre fazendo uso dessa disposição distintiva:

O propósito teleológico da história, regulada por leis como toda natureza, é permitir que todas as disposições naturais [*Naturanlagen*] de uma criatura possam um dia se desenvolver completamente e conforme um fim.⁵⁰

Tem a disposição a associar-se (*sich zu vergesellschaften*) porque se sente mais como homem num tal estado. Mas ele também tem uma forte tendência a separar-se (*vereinzeln*; isolar-se), porque “encontra em si ao mesmo tempo uma qualidade insociável que o leva a querer conduzir tudo simplesmente em seu proveito, esperando oposição de todos os lados, do mesmo modo que [o leva a] saber que está inclinado a, de sua parte, fazer oposição aos outros.”⁵¹

Sem as qualidades de insociabilidade – em si nada agradáveis –, das quais surge a oposição, os talentos permaneceriam eternamente escondidos, em sono, em germe (*Keimen*), numa vida pastoril arcádica, em perfeita concórdia, contentamento e amor recíproco – homens de tão boa índole quanto ovelhas que mal proporcionam à sua existência valor mais alto do que o de seus animais. Agradecemos à natureza, diz Kant, por termos:

⁴⁸(IaG, AA 08: A411). KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Org. Ricardo R. Terra; Trad. Rodrigo Naves, Ricardo R. Terra. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 4. Kant, na nona proposição, em seu último parágrafo do texto, afirma ser uma incompreensão do seu propósito “considerar que, com esta ideia de uma história do mundo (*Weltgeschichte*), que de certo modo tem um fio condutor a priori, eu quisesse excluir a elaboração da história (*Historie*) propriamente dita, composta apenas empiricamente. Seu propósito foi de apresentar somente um pensamento (*Gedanke*) de algo que uma cabeça filosófica poderia intentar de outro ponto de vista” (p. 22).

⁴⁹(IaG, AA 08: A385). KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Org. Ricardo R. Terra; Trad. Rodrigo Naves, Ricardo R. Terra. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 3.

⁵⁰Ibid, p.5. Primeira proposição.

⁵¹KANT, Immanuel. IaG. Op. cit, p. 8.

a vaidade que produz a inveja competitiva, pelo sempre insatisfeito desejo de ter e também de dominar. (...) O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia. Ele quer viver cômoda e prazerosamente, mas a natureza quer que ele abandone a indolência e o contentamento ocioso e lance-se ao trabalho e à fadiga, de modo a conseguir os meios que ao fim o livrem inteligentemente dos últimos.⁵²

Diante desse antagonismo e da necessidade de sobrevivência que dele surge, já que em convívio de liberdade sem vínculos à qual é tão afeito, o homem não sobreviveria, e por isso a espécie humana tem por finalidade alcançar a realização das disposições naturais. Com isso, alcançar, segundo a lei da natureza, uma sociedade civil que administre universalmente o direito de modo a permitir, em um estado de coerção, a coexistência da máxima liberdade do indivíduo em convívio com a máxima liberdade dos demais. Afirma Kant: “o maior problema para a espécie humana, a cuja solução a natureza obriga, é alcançar uma sociedade civil que administre universalmente o direito.”⁵³

Ao passo que é a maior das necessidades, por sua vez também é o último dos problemas que a humanidade irá solucionar. Enquanto animal de instintos, necessitará sobre si um senhor, que lhe faça obedecer,

pois ele certamente abusa de sua liberdade em detrimento de seus semelhantes (...). Ainda que criatura que se distingue dos animais por sua racionalidade, arbitrando leis que limitam a liberdade de todos, sua natureza egoísta o levará a buscar excetuar-se delas no que puder. Pela imposição do senhor, a vontade particular é quebrada e a vontade universalmente válida é imposta, de modo que todos possam ser livres.⁵⁴

Ainda assim, alcançado este grau supremo de humanidade num Estado tão civilizado, não se pode evitar que a discórdia destrua esse Estado, conforme sustenta Kant ser natural em nossa espécie,

destrua novamente este mesmo Estado e todos os progressos culturais realizados (...) por meio de uma devastação bárbara, um destino no qual não se pode evitar o governo do cego acaso, (...) da liberdade sem lei (...) com que se entrem todas as disposições naturais da espécie humana.⁵⁵

Eis a perfectibilidade teleológica da humanidade. Como sustentada por Kant, é orientação e resultado a ser progressivamente alcançado, o fio condutor racional da história cosmopolita, que se torna ao mesmo tempo critério de verificação do progresso e meta em

⁵²Ibid, p. 9.

⁵³Ibid, p. 10.

⁵⁴KANT, Immanuel. IaG. Op. cit, p. 11.

⁵⁵Ibid, p. 15.

direção à qual a humanidade deve orientar seus esforços, conforme apresenta Bruno Nadai⁵⁶, já que cumprindo-se com a realização da disposição natural que distingue a humanidade dentre os animais.

Sendo assim, insere-se *Aufklärung* enquanto processo paulatino de iluminar-se dos membros dos corpos de estado, para corpos de estados esclarecidos, não sob o domínio de outros, mas emancipados, portanto autônomos.

Aufklärung então, se apresenta no curso da história universal cosmopolita como um germe da natureza humana, anterior à experiência histórica, que se aperfeiçoa no curso do desenvolvimento da humanidade desde sua rudez até a sua civilidade, a plena realização de todas suas disposições naturais.

Uma política ainda *tensa*

Ora, Françoise Proust⁵⁷ indica haver um consenso entre os comentadores de que “a política kantiana é uma prática da liberdade”. Para outros, como Valério Rohden, “a filosofia prática e mesmo toda a filosofia crítica de Kant funda-se sobre o conceito de liberdade”, com base na qual o homem decide “se transforma a si próprio e opta pela paz” como “característica e norma da política”⁵⁸.

O pensamento político de Kant apresenta um desafio não só para a conciliação no âmbito de seu sistema crítico, em pleno desenvolvimento na década de 80 do século 18⁵⁹, segundo Marco Zingano, mas mesmo no âmbito de seu próprio pensamento político, encontrando-se textos mesmo díspares quanto a seu posicionamento e ao uso da razão. Ricardo Terra apresentará isso como parte da tensão do pensamento político kantiano que ao mesmo tempo representa sua riqueza.⁶⁰

⁵⁶Bruno Nadai. *Teleologia e História em Kant: a Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 126.

⁵⁷PROUST, Françoise. *Kant et la liberté publique*. Philosophie politique, Paris, 2002. p. 123.

⁵⁸ROHDEN, Valério (Coord.). *Kant e a instituição da Paz*. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, Goethe-Institut, 1997, p. 12.

⁵⁹ZINGANO, Marco. *Razão e História em Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1989. p. 13.

⁶⁰TERRA, Ricardo R. *Política Tensa. Ideia e Realidade na Filosofia da História de Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 10.

Ricardo Terra destaca como a vontade geral formada pela união soberana das vontades individuais põe o cidadão à serviço da sociedade, pois enquanto legislador universal não exprime sua vontade pela particularidade privada ou por interesses particulares, pessoais. O cidadão autônomo é, assim, o homem livre, que não satisfaz, na vontade geral, na razão pública, seu interesse particular, a não ser que de valor universal. A Expressão da razão privada, portanto, seguindo Terra, é a vontade sob heteronomia, uma vez que não determinada a si mesma, mas pelos objetos que deseja, o que é material na vontade.

O Estado soberano, então, é resultado de cidadãos também soberanos, autônomos. Kant reafirmará tal relação e entenderá que cada membro é cidadão apenas enquanto participa da autoria das leis, conforme o legislador universal da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.

A forma de governo, assim, estará de acordo com a razão da coletividade, ou seja, na medida em que a razão se apresente madura para prescrever a si mesmo leis universais. Dessa forma, além de se reconhecer que o soberano deverá representar a vontade geral em acordo com a razão madura, identifica-se a necessidade do indivíduo em reconhecer que apenas terá sua vontade como vontade geral na medida em que é soberano em si mesmo e sobre si mesmo, aí sim um cidadão.

Com isso, situa-se a crítica de Kant quanto à civilidade de seu tempo em relação próxima com a crítica de Rousseau tecida em “*Discurso sobre as ciências e as artes*”, no qual indaga se o iluminismo contribuiu para o progresso moral de seu tempo. A partir da noção de *Aufklärung* como crítica ao iluminismo em voga à época, o qual não promovia a moralidade dos cidadãos, mantendo-os sob tutela. A minoridade de ser tomado como meio em detrimento da realização da *Aufklärung* do cidadão enquanto membro do “reino dos fins”, o que Kant irá desenvolver na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* em 1785, ano seguinte do opúsculo da *Aufklärung*.

Nesse sentido, conforme afirma Ricardo Terra, “a exigência da autonomia percorre e dá unidade ao direito e à política”, em coesão com a ética, pois vinculados à liberdade do sujeito, vinculados à lei moral que vale para todo ser racional, o qual perderá sua autonomia e, portanto, liberdade na medida em que for limitado por desejos e inclinações sensíveis próprias ou de outros.

Aufklärung e o processo de emancipação

Ainda consoante ao posicionamento kantiano no debate da *Berlinische Monatsschrift* com relação ao matrimônio e a necessidade do aval religioso, Kant se expressa em favor da liberdade religiosa como persecução da felicidade de determinação particular, de foro íntimo, ou seja, de cunho individual. Kant arroga à felicidade a liberdade do homem na opção dos meios para a sua persecução “desde que não fira a liberdade dos outros”.⁶¹

Para além da comum suposição de que Kant elogiara Frederico II por seguir um governo laico não determinando a religião de seu povo (em função de ser Kant favorável ao estabelecimento da religião protestante frente à contraposição católica), sua deferência ao governante se deveu sobretudo a essa compreensão de que a felicidade era questão particular. Terra reafirmará isso ao colocar que determinar a religião é “constranger o outro a ser feliz de uma certa maneira” pelo que se estaria “tratando dos seus súditos como se fossem crianças”, ora, seria pois, tratar seus cidadãos como se estivessem na minoridade.⁶²

Situa-se, portanto, a “*Resposta à pergunta: O que é Aufklärung*”, logo após a primeira edição de “*Crítica da Razão Pura*”, de 1781, e no mesmo ano de 1784 da publicação no mesmo mensário de “*História de um ponto de vista cosmopolita*”. A *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, obra que objetivou como base para sua teoria moral, é do ano seguinte de 1785, mais especificamente no ano subsequente à *Aufklärung*, situada entre as duas edições da Primeira Crítica. Em outubro de 1786, Kant publicará no mesmo *Berlinische Monatsschrift* o texto “*O que significa se orientar no pensamento*”, texto em que concluirá pelos *Selbstdenkende*, que pensam por si mesmos e fazem uso público da razão, tendo recém sido eleito Reitor de sua Universidade, e, em dezembro do mesmo ano ainda, eleito como membro da Academia de Ciências de Berlim. Em 1787, publica então a segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, cujas diferenças para a primeira são tão debatidas.

Um resgate cronológico que se mostra ao menos curioso. Entre as duas edições de sua principal obra teórica, Kant alcança prestígio político-acadêmico e vem a se manifestar publicamente em textos que, primeiro, versam sobre temas ético-políticos (práticos) e, segundo, usando para isso o mesmo mensário, a *Berlinische Monatsschrift*.

⁶¹(IaG, AA 08: A404). KANT, Immanuel. *Ideia de uma História Universal*. Op. cit., p. 28. E TERRA, Ricardo R. *Política Tensa*. Op. cit., p. 168.

⁶²TERRA, Ricardo R. *Política Tensa*. p. 134.

Não se pretende assegurar com isso uma relação necessária entre os textos, mas evoca-se a pergunta sobre sua relação e o porque de suas temáticas. A argumentação de Rodrigues para o seu “*Quem é a ilustração*” se desenvolve em torno das questões que Kant tratará em duas obras mais posteriores, a saber: *Crítica da Razão Prática*, de 1788, já após a segunda edição da primeira crítica, e a terceira crítica, a da faculdade do juízo, de 1790, com as recepções críticas que suas leituras têm ensejado.

Os textos de Kant diretamente circunscritos ao opúsculo, contudo, conforme indica o próprio Rubens Rodrigues em sua recepção, tornam o texto de Kant “mais inteligível quando restituído a seu contexto imediato”, indicam a possibilidade de outra resposta para “*Quem é a ilustração*”. Talvez mesmo, no caso, tratando a ilustração a partir da questão do tema em si da ilustração, o que Rubens Rodrigues indica como o tema do debate: “o pensamento não tutelado, o uso livre da razão, mais especificamente nos assuntos de religião”.⁶³

Com isso, *Aufklärung* tem um sentido que não conseguiu encontrar no vernáculo tradução mais fiel ao termo alemão⁶⁴, engendrando divergências nos termos transcritos: iluminismo, ilustração; aproximando-se dele traduções para: esclarecimento, filosofia das luzes. O que “acentua o aspecto essencial da *Aufklärung*, o de ser um processo e não uma condição [estaque] ou uma corrente filosófica ou literária [novo dogma a ser adotado]. Processo que a razão humana efetua por si mesma para sair do estado que Kant chama ‘menoridade’”, resgatando mesmo a nota do texto de Zöllner pelo qual lança o debate: “Que é *Aufklärung*?”. Esta pergunta, que é quase tão importante como ‘Que é a verdade?’, deveria ser respondida antes mesmo de se começar a esclarecer”.⁶⁵

⁶³TORRES FILHO, 2004, p. 105.

⁶⁴ A diversidade idiomática não quer ser posta em questão, assim como não deve expressar preferências, não pode restringir compreensões. Ainda que, conforme expõe Jacques Derrida, a partir de comentários pela leitura do texto “*Was ist Deutsch*” de Theodor Adorno, publicado quando este decidiu retornar à Alemanha após anos de exílio nos Estados Unidos, a riqueza dos idiomas possa representar tendências interpretativas e afinidades pessoais, também representam afinidades intersubjetivas, pelo que Adorno desejou retornar à Alemanha e ao alemão, seu país e língua de origem, não por mera nostalgia, mas por alegar a “afinidade objetiva” da língua alemã com a filosofia.⁶⁴

⁶⁵(WA, AA 08: A483). KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Op. cit., p. 63.

CRÍTICA CONTÍNUA E O SUJEITO EM CONSTANTE TRANSFORMAÇÃO

Ainda dentro do movimento argumentativo sugerido por Rubens Rodrigues, pode se atualizar o conceito historicamente a partir de Theodor Adorno, o qual, em “*Educação e emancipação*”, chegará a sustentar uma doutrina da *Aufklärung* em Kant, o que por si já indica a importância e a riqueza de responder-se ainda hoje à pergunta de Zöllner. De seguir-se o diálogo a partir da resposta kantiana, sabiamente colocada por um contínuo “respondendo” à pergunta sobre sua significação.

Adorno sugere que Kant, no opúsculo, ao definir a menoridade ou tutela, define também a *emancipação*. Ao afirmar que o esclarecimento é “a saída dos homens de sua auto-inculpável menoridade”, Adorno identifica haver um programa kantiano com a emancipação, realizada pela educação. Educação para a “contradição e para a resistência”⁶⁶:

Este programa de Kant, (...) parece-me [a Adorno] extraordinariamente atual. A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento.⁶⁷

A partir dessa compreensão, o registro de diálogo com Adorno em *Educação e Emancipação* apresentará a educação necessariamente como fator de emancipação⁶⁸. Contudo, para Adorno, uma educação específica, de um modo específico, como a única concretização efetiva da emancipação:

[eu] diria que a figura em que a emancipação se concretiza hoje em dia (...), precisa ser elaborada em todos (...) os planos de nossa vida, e que a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência⁶⁹

A efetiva emancipação do sujeito a partir de Adorno, então, indica o reconhecimento de um sujeito que põe em questão o curso da ciência contemporânea enquanto a associa ao (ultra-) especialista, ao *Fachidiot*, àquele idiota em geral, pois ao ser especialista em uma área bem específica, põe-se dogmaticamente frente ao problema fora de sua especialidade.⁷⁰

⁶⁶ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 183

⁶⁷Ibid, p. 169.

⁶⁸Ibid, p. 11.

⁶⁹ADORNO, Theodor W. Op. cit., p. 183.

⁷⁰Ibid, p. 179-180.

O reconhecimento do sujeito atual para Adorno se dá por um sujeito em constante transformação, um sujeito de eu fraco, pois constantemente mutável. Daí a importância da emancipação: diante de condições em permanente mudança a necessidade de transformação. O eu forte reprime tal operação de crítica constante no sujeito e mesmo do próprio sujeito.

A situação atualmente muito requisitada e, reconheço, inevitável, de se adaptar a condições em permanente mudança, em vez de formar um eu firme, relaciona-se de uma maneira a meu ver muito problemática, com os fenômenos da fraqueza do eu conhecidos pela psicologia.⁷¹

A partir da maioria com riscos de um eu fraco Adorno desenvolverá sua “dialética do esclarecimento”⁷², ponto fundamental para situar a leitura adorniana de Kant. Segundo Adorno, Kant tem a emancipação como esclarecimento em vigor, não estático, um constante vir-a-ser.⁷³ Ainda assim, para Adorno, a organização social atual segue em relações de heteronomia:

Assim, tenta-se simplesmente começar despertando a consciência quanto a que os homens são enganados de modo permanente, pois hoje em dia o mecanismo da ausência de emancipação é o *mundus vult decipi* em âmbito planetário, de que o mundo quer ser enganado.⁷⁴

Com essa sociedade se “mantém o homem atual não-emancipado”⁷⁵. Por ela, a formação do indivíduo é realizada por inúmeras mediações, o que vem resultando em pessoas que tudo aceitam desta configuração.⁷⁶

A leitura adorniana dessa nova consciência do sujeito que precisa ser emancipado por que está sendo enganado, relaciona-se diretamente com sua leitura da indústria cultural alienadora, contudo, transcende a investigação da emancipação. Guarde-se, contudo, sua reflexão a partir da resposta de Hellmut Becker a sua proposta, a saber, de que com essa escola diferenciada, e mesmo na formação profissional, possibilitar-se-ia um aprendizado que promoveria:

a superação dos obstáculos sociais (...) por meio de uma educação compensatória (...) e, por esta via, poderíamos esclarecer, por assim dizer, determinados pressupostos básicos para a emancipação.⁷⁷

⁷¹Ibid, p. 180.

⁷²Título de sua obra de 1947, na qual cunhou o termo “indústria cultural”, ensejando debates contemporâneos importantes, como, por exemplo, a leitura feita por Habermas da dialética negativa.

⁷³Ibid, p. 181.

⁷⁴Ibid, p. 183.

⁷⁵Ibid, p. 185.

⁷⁶Ibid, p. 181.

⁷⁷ADORNO, Theodor W. Op. cit., p. 184.

A educação para a emancipação, portanto, tornaria o sujeito “esclarecido, criticamente consciente”, porém, com ressalvas indicadas a Adorno por Becker. Esse sujeito, para Becker, poderia estar em uma aparente emancipação, de modo que estaria autônomo, mas não “no sentido que se imaginava nos primórdios da Ilustração”, permanecendo, de certo modo “teleguiado”.⁷⁸

⁷⁸Ibid, p. 184.

(IN)CONCLUSÃO - AUFKLÄRUNG EM CONTÍNUO “RESPONDENDO”

Vinícius de Figueiredo, outro crítico importante de Kant no Brasil, percebe em seu texto “*Kant e a liberdade de pensar publicamente*”⁷⁹ que o opúsculo da *Aufklärung* permite “resgatar para a atualidade o pensamento kantiano na relação entre esfera pública e a liberdade de opinião (elemento visto como indispensável para as democracias)”. Para Figueiredo, “o governante só tem a ganhar, quando permite que seus atos sejam objeto de uma avaliação crítica da parte de seus súditos, desde que estes enunciem seus juízos mobilizando sua razão, não seus interesses particulares”. Apresenta, pois, uma esfera da razão pública em contraposição àquela opinião pública que muitas vezes veicula interesses particulares como se fossem públicos.⁸⁰

A concepção de *Aufklärung* enquanto emancipação, desta feita, resgataria o que Bento Prado Júnior considerou o fio condutor do livro organizado por Rubens Rodrigues, “*Ensaios de Filosofia Ilustrada*”, pelo qual se deu a recepção do opúsculo kantiano no Brasil. Nele Kant é apresentado para além da alternativa entre dogmatismo e ceticismo⁸¹, como um “amor pelo *logos*, (...), a constante interrogação pelo significado da significação...”⁸²

Em um de seus ensaios, “*O dia da caça*”, Torres Filho oferece a representação desse contínuo questionamento do sujeito. Neste caso, o caçador é a própria filosofia, a qual não encontra univocidade, nem sua identidade, sendo sempre posta em questão desde a filosofia antiga e no decorrer dos períodos filosóficos: “a figura do filósofo não é jamais a mesma, (...) raiz de nossa instabilidade, de nossa insegurança, mas também de nova figura, senão da verdade, da significação que nos envolve e emoldura.”⁸³.

Rubens Rodrigues, ao publicar seu texto em que responde com “*Quem é a Ilustração*”, inaugura sua obra, especificamente com “*O dia da caça*”, e com isso apresenta o sentido e a função do filósofo com “sua pergunta filosófica por excelência” – por quê? – “(...) a arma

⁷⁹PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Antologia de Textos Filosóficos*. Org. Jairo Marçal. Curitiba: SEED-PR, 2009. p. 400. Texto publicado em edição de textos da tradição filosófica como livro didático daquele Estado, no qual figura o opúsculo kantiano em questão.

⁸⁰Ibid, p. 403-404.

⁸¹HESSSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 43. Consoante Hessen apresenta o “criticismo”.

⁸²TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaios de Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004. 2ª Ed. Prefácio à segunda edição.

⁸³TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *O dia da caça*. In: “Ensaios de Filosofia Ilustrada”. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 9-10.

com que o filósofo sai à caça de seu saber, vê-la voltada, agora, contra o próprio”, em que o caçador passa a ser caçado.⁸⁴

Texto que trata de um sujeito de cuja ciência sempre se põe a recuar em cada inaugurar de um saber científico fundado, sempre desafiado a criar novos nomes para marcar o seu não-pertencimento, merecendo por si só o nome filosofia. “Por vocação equívoca”, anuncia Rodrigues, que se é filósofo; pela ambiguidade entre afinidade e perplexidade vê-se situado em duplo exílio entre as ciências humanas e naturais, marcando da inatingível *sophia* o seu lugar sempre a ser renovado, de uma ciência inexistente sempre “a renovar o chão em que pisa”. Uma crise do sujeito da filosofia que Rodrigues entende remontar à “filosofia da crise”, à filosofia crítica, inaugurada por Kant por obra da dialética transcendental⁸⁵, a qual segue pela indagação extirpando, desfazendo os objetos, fundando ciências, e ela mesma permanecendo como que sem objeto.

Poder-se-ia entender que esse sujeito em crise viesse a ser identificado com um ser errante. Gérard Lebrun, porém trará uma resposta que resgatará o espírito crítico da *Aufklärung* e que também traria alento a esse receio. Em “*Sobre Kant*”⁸⁶, Lebrun discorrerá no texto “*Do erro à alienação*” que errar se dá por incapacidade de reconhecer, de distinguir A de B. De saber diferenciar o objeto por falta ou falha no conhecimento da coisa de A e da coisa de B. Conforme afirma Lebrun, seguindo Marcial Guérout, erro é privação; é achar que se sabe o que não se sabe, é aparência de saber.

Para o indivíduo no mundo, segundo se refere Lebrun a Hegel, a identidade, o ser, é a objetivação do sujeito, tornar-se sujeito (referência). Residiria antes na oposição entre *Aufklärung* e alienação a relação de identidade de um ser ou de um não ser. O sujeito em posição crítica, em *Aufklärung*, portanto, estaria situando-se, reconhecendo-se, a partir da consciência de si (*Selbstbewusstsein*) como um ser capaz de se orientar no pensamento, no entendimento, emancipando-se pela razão, “*e-mancipus*”, para fora da mão de outro. O alienado, por sua vez, “*a-lienus*”, torna-se outro por não ter aquele *Selbstbewusstsein*, portanto, não emancipado, pois em outras mãos. Emancipar-se (*Mündigsein*), assim, é ser a si mesmo, é ter a si mesmo no controle sobre si.

⁸⁴Ibid, p. 11.

⁸⁵Ibid, p. 13.

⁸⁶Lebrun, Gérard. *Sobre Kant*. São Paulo: Ed. Iluminuras e Edusp, 1983.

Sendo o juízo político de Kant cosmopolítico, o lugar da filosofia é em todo lugar, do qual se tem saudade, como diria Novalis, já que "*na verdade, a filosofia é nostalgia [Heimweh], o desejo de se sentir em casa em qualquer lugar.*"⁸⁷

Sendo assim, o esclarecimento da ilustração, a *Aufklärung* chega ao que Kant objetivava com o sair da menoridade, a orientação por meio da razão de poder sair do erro e da alienação, ao conhecer os objetos, distingui-los, dando-lhes nomes. A filosofia como a pergunta pelos fundamentos, questionamento constante dos sujeitos, inclusive dele próprio, para permitir-se conhecer, *Sapere Aude*, pondo-se responsável por si mesmo.

Esclarecer, mas esclarecer para quê? Em nome de quem? Se para Torres Filho é em nome de um interesse determinado, de encontrar Nietzsche e a vontade de potência, pode-se entender Kant, a partir dessa investigação, como mais rico, se *Aufklärung*, na proposta do mesmo Torres Filho de um “quem”, se der em nome da autonomia. Da emancipação do sujeito para a sua própria determinação apesar das determinações conjunturais. Em constante postura crítica capaz de pensar por si mesmo sem o mando de outro diante de um mundo em constante transformação. Que se pergunta, pois, sobre o que está por trás, também da vontade de potência, como exposto por Torres Filho, ora, no caso, a vontade tão comum de estar no poder. Uma pretensão de validade, de ser reconhecido como a autoridade. A passagem de o que (*Was*) para quem (*Wer*) se mostra como a passagem do questionar o valor instituído para ser a vontade que instituiu o valor, da narrativa frente ao dogma para a narrativa da vontade de pôr-se como dogma. A crítica da autoridade que implanta a si mesmo como nova autoridade, despertando de um sono dogmático para entrar em outro apenas mais profundo.

Pode-se perceber como mais rica a recepção que o próprio Rubens Rodrigues dá ao princípio de *Aufklärung*⁸⁸ em “O dia da caça”. Portanto, no sentido amplo que Torres Filho dá à tradução, enquanto colocar o texto em contexto, *Aufklärung* manteria seu sentido original alemão mais amplo, escolhido por Kant, se não limitado pela tradução por ilustração,

⁸⁷Novalis, 2007. Aforisma 857, tradução própria.

⁸⁸Fausto Castilho, em sua apresentação à tradução bilíngüe de *Logik*, o Manual do Curso de Lógica em Geral, (publicado por Gottlob Benjamin Jäsche sob orientação de Kant), indica que não são poucas as dificuldades de tradução. Havendo logo antes exposto a importância da filologia kantiana como “nenhuma veleidade de fazer lexicologia”, irá citar como primeiro exemplo o termo *Aufklärung*, que, por diferença de épocas, segundo ele, é no alemão extremamente gramaticalizado, referindo-se ao uso acentuadamente gramaticalizado da linguagem na universidade a partir do emprego do *Deutschlateinischer Kathederjargon*, o jargão teuto-alemão de cátedra, que resultaria em um híbrido rejeitado pelo uso dos dois idiomas, sendo percebido socialmente o indisputado ascendente francês em função da rígida codificação gramatical do século XVII. (KANT, 2006, p. 19)

mantendo, assim, *Aufklärung* enquanto crítica contínua e, claro, inclusive autocrítica. Posição filosófica *per se* de perguntar-se pelos fundamentos.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Borsi. Martins Fontes: São Paulo, 2007.

ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 183

_____. *Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BERGSON, Henri. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Tradução de João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.

CERLETTI, Alejandro. *O ensino de filosofia como problema filosófico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COMOLLI, Jean-Louis. *Sob o risco do real*. In: Ver e poder – A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *Era das revoluções. 1789-1848*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HÖFFE, Ottfried. *Immanuel Kant*. Tradução: Christian Viktor Hamm e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IRRLITZ, Gerd. *Kant Handbuch. Leben und Werk*. 2.Auflage. J.B. Metzler Verlag: Stuttgart Weimar, 2010.

KANT, Immanuel. *Antropologia de um ponto de vista pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2009a.

_____. *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung*. In: *Ausgewählte kleine Schriften*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1965. (Segue a Akademie-Ausgabe)

_____. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: Walter de Gruyter, 1902-2010.

_____. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. Org. Ricardo R. Terra; Trad. Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. *Manual dos cursos de Lógica Geral*. Trad. Fausto Castilho. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp; Uberlândia: Edufu, 2006.

_____. *Political Writings*. Cambridge Texts in the History of Political Thought. Organizado por H. S. Reuss e H. B. Nisbet. Cambridge: University Press, 1991.

_____. *Resposta à pergunta: “O que é Iluminismo?”*. Tradutor Artur Morão. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf.

_____. *Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”*. In *Textos seletos*. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a. p. 63-71.

_____. *Resposta à questão: O que é Esclarecimento?*. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Antologia de Textos Filosóficos*. Org. Jairo Marçal. Curitiba: SEED-PR, 2009b. p. 406-415.

_____. *Textos seletos*. Introdução de Emmanuel Carneiro Leão. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012b.

KLEMMER, Heiner F. (hrsg.). *Die Zukunft der europäischen Aufklärung*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2009.

LARROSA, Jorge. *Operação Ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida*. In: Educação e Realidade 29(1): 27-43 jan/jun 2004.

LEBRUN, Gérard. *Sobre Kant*. São Paulo: Ed. Iluminuras e Edusp, 1983.

LEBRUN, Gérard. *Kant e o fim da Metafísica*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LUDWIG, Ralf. *Kant für Anfänger: Die Kritik der Urteilskraft: Eine Lese-Einführung*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2008.

NADAI, Bruno. *Teleologia e História em Kant: a Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

NOVALIS, Friedrich von Hardenberg. *Notes for a Romantic Encyclopaedia. Das Allgemeine Brouillon*. Trad. David W. Wood. New York: State University of New York Press, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Antologia de Textos Filosóficos*. Org. Jairo Marçal. Curitiba: SEED-PR, 2009.

PROUST, Françoise. *Kant et la liberté publique*. Philosophie politique, Paris, 2002.

RADERMACHER, Hans. *Immanuel Kant*. In: Klassiker des philosophischen Denkens. Band 2. Hrsg. Norbert Hoerster. 7. Auflage. Deutscher Taschenbuch Verlag, München, 2003.

ROHDEN, Valério (Coord.). *Kant e a instituição da Paz*. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, Goethe-Institut, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre as ciências e as artes*. In Rousseau, Coleção Os Pesadores. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. Rio de Janeiro: AGIR, 1956.

SCHILLER, Friedrich. *Do sublime ao trágico*. Org. Pedro Sússekind; tradução e ensaios Pedro Sússekind e Vladimir Vieira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

TERRA, Ricardo R. *Política Tensa. Ideia e Realidade na Filosofia da História de Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaaios de Filosofia Ilustrada*. 2ª Ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *O dia da caça*. In: “Ensaaios de Filosofia Ilustrada”. São Paulo: Brasiliense, 1987.

VAYSSE, Jean-Marie. *Vocabulário de Immanuel Kant*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

VINCENTI, Luc. *Educação e Liberdade: Kant e Fichte*. Trad. de Élcio Fernandes. São Paulo: Editora Universidade Estadual de Campinas, 1994.

ZINGANO, Marco. *Razão e História em Kant*. São Paulo: Iluminuras, 1989.